

A libertação da mulher será fruto da luta pelo socialismo!

A situação nas escolas

Na rede estadual paulista, as mulheres são a maioria e este ano se iniciou com manifestações e atos para que o governo respeitasse o tempo de trabalho conquistado nos anos 1980 nas atribuições. No ano de 2022, foi aprovada a lei 1374 – nova carreira – atendendo primeiro quem optar por jornada ou carga horária maior ao manifestar interesse por aulas ou turmas. Milhares de professores tiveram de assumir jornada de trabalho acima de 40 horas semanais, enquanto outros milhares ficaram sem aulas, ou se submetendo a condições de semiempregado.

Não bastando o aumento da jornada, toda a categoria foi obrigada a assumir as mudanças na grade curricular das turmas do Ensino Médio, sem ter formação para os

novos conteúdos, juntamente com a ausência de condições de trabalho, principalmente instrumentos e recursos tecnológicos, sinal de internet, além da violência generalizada sobre a população assalariada, que atinge as escolas e deteriora ainda mais as condições de estudo e trabalho.

Uma das imposições aos professores é assumirem acúmulo de trabalho em duas redes, ou optar por longas jornadas devido aos baixos salários pagos, sem reajuste há muitos anos, recebendo apenas abono salarial para quem recebe até R\$ 4.420, conquistado com a lei do piso em 2008, que inclui a redução da jornada, fazendo necessário voltar a debater esse “direito”, que atualmente tornou-se pesadelo para a categoria.

Chegamos no segundo bimestre e, desde o início do ano, a falta de funcionários persiste, faltam merendeiras em número suficiente para as reais necessidades, às vezes, uma única funcionária está encarregada de limpar uma escola inteira. Essas trabalhadoras são contratadas por firmas terceirizadas com salários miseráveis e sem condições dignas de trabalho, sendo ainda que já virou rotina o golpe das empresas de “declararem falência”, para dessa forma não assumir qualquer responsabilidade trabalhista e deixando os trabalhadores sem salários e os direitos.

Essa é a realidade na maioria das escolas: falta de funcionários, salários minguados, precarização trabalhista, desemprego e violência.

•

A violência aumenta e mais ainda sobre as mulheres

Os dados indicam que a violência sobre a mulher ainda cresce, apesar de leis e demais medidas jurídicas de proteção e de intensa campanha de denúncias e informação. A base material da violência sobre a mulher se mantém, e sua decomposição agrava seus efeitos devastadores sobre as condições de vida e trabalho feminina, desde criança, até a velhice.

A base material da violência sobre a mulher, assim como das demais manifestações da opressão social, está na propriedade privada dos meios de produção social e na opressão de classe. O agravamento da violência sobre a mulher (e também ao negro, aos homossexuais, indígenas, periferias, moradores de rua, juventude, etc.) corresponde à decomposição do modo de produção capitalista. Um tecido social em decomposição só pode oferecer cada vez mais violência, e menos respostas efetivas. Daí que proliferam as leis, medidas punitivas e coercitivas, as campanhas preventivas, etc., e nada muda. Pelo contrário, a violência sobre a mulher, em todas suas formas, se agrava. A escola não é uma ilha dentro dessa sociedade em crise; por isso ela vai repercutir no seu interior o que acontece na sociedade de classes, e em particular o que se passa com as

mulheres. O capitalismo vai retrocedendo nos direitos trabalhistas e sociais em toda parte. Vai estreitando as possibilidades de funcionamento da democracia burguesa e de suas instituições (vide a aprovação ditatorial por decreto da reforma da Previdência na França, berço da República burguesa, diante das grandes manifestações das massas). Vai desindustrializando e reforçando com isso as tendências mais destrutivas que estão nas guerras, que são nutritas e multiplicadas pelas maiores potências imperialistas, bem como no avanço na destruição de direitos sociais, empregos e salários. As mulheres exploradas e oprimidas sofrem com mais dureza essas chagas da decomposição capitalista junto a seus companheiros de classe.

A classe dominante, para se manter no poder, fortalece o aparato repressivo e avança na truculência policial e institucional. A violência nos bairros pobres cresce por conta das degradantes condições de vida e moradia, e tem na ação policial a causa de boa parte das mortes e demais violências. O aparato policial também se decompõe, parte da polícia se mete na criminalidade e entrelaça o aparelho repressivo do Estado à burguesia ligada aos negócios criminosos. O cão de guarda da burguesia quer ser tam-

bém ter sua parte nos bilionários negócios do crime. As maiores vítimas dessa decomposição policial e institucional são as mulheres, jovens, negros, homossexuais, indígenas.

No trabalho, as mulheres têm sofrido com aumento da precarização, terceirização, trabalho esporádico, repressão ao trabalho mascate, salário menor para as mesmas tarefas, perseguições e discriminações, e ainda terão de trabalhar mais tempo para se aposentar.

Lembremos que é em casa que a mulher ainda sofre grande parte das agressões e violências. A família, enquanto célula econômica do capitalismo, se decompõe com ele, a vida familiar se torna assim em um inferno, com mais sofrimento e opressão para as mulheres, jovens e idosos. O exemplo mais recorrente (mas, não o único) é o dos maridos que muitas vezes se embriagam e descarregam sobre as mulheres, idosos e crianças, a opressão vivida no trabalho e na rua. Mas também há aqueles que, deformados pela sociedade a caminho da barbárie, e imbuídos do sentimento de posse e propriedade sobre a mulher, se tornam em monstros que atacam sem motivo algum, a não ser os delírios de suas mentes doentes. Essa é uma das manifestações mais barbares da própria decomposição dos laços afetivos e pessoais em meio à decomposição do regime social. A violência se descarrega sobre a mulher de forma concentrada na mulher proletária, camponesa e nas de classe

média empobrecida. As professoras são parte desse setor da sociedade, e sentem na pele, dentro e fora da escola, e também em casa, toda as chagas da barbárie que se descarrega na forma de opressão sobre elas.

Os laços sociais e econômicos são fundamentais para compreender as causas da opressão à mulher, uma condição que perpassa todas as sociedades de classe e que, no capitalismo, assume formas particulares, a começar pela reincorporação da mulher às forças sociais produtivas (ingressando quanto força de trabalho em condições mais degradantes em relação ao homem de sua classe), mas o fazendo sem, contudo, abolir sua condição de escrava do lar, na medida em que o Estado burguês não assume as tarefas domésticas, por meio de lavanderias e restaurantes coletivos, além de creches em número para atendimento universal, como parte da segurança à função social da maternidade e proteção integral da mulher. Mantendo-se presa ao lar, sua incorporação à vida produtiva se deu limitada à mera contribuidora menor ao quantum necessário à manutenção e reprodução da força de trabalho. É importante compreender a condição das mulheres no mercado de trabalho atual colocando todas que dependem do trabalho a assumir várias jornadas, principalmente escrava do lar. As professoras no Brasil têm esta condição de vida somadas a uma extensa jornada de trabalho semanal. •

A X CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MULHERES DA APEOESP DEVE APROVAR:

A burguesia não é capaz de proteger e fazer justiça à mulher violada, mutilada e jogada às traças da miséria e da fome. A defesa da mulher e de seu direito a instituir e usufruir em iguais condições ao homem de sua classe de todos os direitos econômicos, civis e políticos está na luta contra a burguesia. Está em se levantar, ombro a ombro com os homes explorados e oprimidos, e lutar por:

1. Salário mínimo vital (que a mulher consiga pagar as contas e cuidar de seus filhos, sem depender de ninguém) debatido e aprovados em assembleias, que permita adquirir todo o necessário para uma família de 4 pessoas viver;
2. Reajuste salarial real (escala móvel de reajuste), ajustado automaticamente com o aumento dos preços;
3. Fim da desigualdade salarial (trabalho igual, salário igual);
4. Emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), distribuindo todas as horas nacionais de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução do salário;
5. Defesa da maternidade e da mulher oprimida: a) creches e escola para todas as crianças, b) licença maternidade definida pelas mulheres trabalhadoras; c) legalização do aborto, gratuito e público, e que o Estado garanta todo o necessário para as mulheres oprimidas realizarem um aborto seguro, que preserve sua saúde e condições físicas.
6. Abaixo a reforma trabalhista e da Previdência!
7. Moradia digna, segura, com eletricidade, água encanada e com esgoto instalado para todos os que necessitarem!
8. Que o Estado assuma a construção de restaurantes e lavanderias coletivos!
9. Que a mulher proletária e seus filhos possam ter acesso à cultura e lazer, praticar esporte, desenvolver todas as suas potencialidades e capacidades físicas e intelectuais, hoje podadas pela barbárie, a pobreza e violência espalhada nos bairros periféricos em ruínas.

A libertação da mulher não será dada pelo capitalismo, será arrancada à burguesia, quando a classe operária, e o conjunto dos explorados – constituídos por mulheres e homens –, se levantarem sob a estratégia revolucionária, para destruir o Estado burguês e erguer a ditadura do proletariado. A luta contra a propriedade privada é a escola que ensina o caminho de como conquistar a plena igualdade entre homens e mulheres!

A libertação da mulher será fruto da luta pelo socialismo!